

AS PRIMEIRAS IDÉIAS SOCIALISTAS EM PERNAMBUCO¹

ANTONIO PAULO DE MORAIS REZENDE²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as primeiras manifestações do movimento operário em Pernambuco, dando destaque à atuação dos socialistas e às suas idéias, definidas no jornal Aurora Social. É parte de uma dissertação de mestrado sobre a História Movimento Operário em Pernambuco, nas primeiras décadas republicanas.

Palavras-chave: política, socialismo, Pernambuco, operariado

Abstract: The aim of this article is to analyse the earlier manifestations of the worker class's movement in Pernambuco, focusing the socialists and their ideas, wich were exposed in the Aurora Social newspaper. This is a part of a masters dissertation on History of the workers class movement in Pernambuco in the first decades of the republican government.

Keywords: politics, socialism, Pernambuco, worker class.

¹ Edição revista do artigo publicado In: *Caderno de História : Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco*. Recife: UFPE. 1987, p. 02-19. Esse artigo é o primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado em História intitulada A Classe Operária em Pernambuco (1900-1922): cooptação e resistência, defendida em 1981, na UNICAMP. Foram feitas pequenas correções no texto inicial.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

As idéias socialistas circulavam no mundo prometendo redensões e igualdades. Se recuarmos à época do Império, encontraremos, já em 1836, a instituição da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, que só vai ter seus estatutos aprovados em 1882, pelo presidente José Liberato Barros, que mostra bem as dificuldades enfrentadas para funcionar normalmente. Era, como afirma José Albertino, “uma típica organização gremial de bases artesanais e de finalidades mutualistas”¹.

Mais interessante ainda que, em 1812, em plena época da escravidão, os trabalhadores do porto entraram em greve, exigindo melhores condições de trabalho. Em 1880, seriam os Tecelões da Fábrica da Madalena, o mesmo acontecendo com os ferroviários e remadores em 1902 e com os estivadores no ano seguinte. Eram greves que exigiam basicamente melhores salários, melhores condições de trabalho². Eram, *movimentos ditos espontâneos*, pois a organização da classe operária era bastante precária e a articulação entre seus diversos setores, mais ainda. Esses movimentos representavam inquietações que se contrapunham à idéia de que os trabalhadores aceitavam, sem controvérsias, a ordem dominante.

Depois do *Congresso Operário Brasileiro* de 1906, recomendando a intensificação da luta por uma jornada de 8 horas e por melhores salários, houve uma nova onda grevista em todo país. Em Pernambuco, em 1906, duas greves importantes aconteceram no setor de transportes: uma na Cia. Ferro-Carril, promovidas pelos condutores e cocheiros que obtiveram acordo com os patrões, através de advogados; a outra no porto, com choques com a polícia, em frente ao edifício do correio, mas que não trouxe nenhuma vitória para os grevistas, apesar de terem passado uma semana paralisados.

Aliás, deve ser ressaltada a combatividade dos trabalhadores do porto, setor vital para economia pernambucana, sobretudo para comercialização do açúcar. Em 1907, fariam uma nova greve, opondo-se a que o pessoal estranho à Sociedade União dos Estivadores os substituísse. Foi acordado entre a União e os mestres da estiva, sob pressão, que também os não associados tivessem liberdade ampla nos serviços e que os fiscais da União não ficariam mais a bordo das embarcações. Merecem destaque ainda, os trabalhadores da Ferro-Carril que, em 1908, entrariam em greve exigindo aumento de salário, utilizando-se do Secretário do Estado, Elpidio de Figueiredo, como mediador. Conseguiram a concessão de oito meias

passagens, por dia, para cada empregado e a regularização das promoções semestrais. Se tudo isso foi efetivamente cumprido pela empresa, nos parece difícil. Era prática comum o desrespeito aos acordos estabelecidos, por parte dos patrões, à medida que se voltava ao ritmo normal de trabalho e a desmobilização acontecia.

Mas a grande greve da primeira década do século iria ocorrer na *Great Western*, no início de 1909³. No dia 09/01, foi entregue ao Sr. Lorimer, superintendente da *Great Western*, pelos Drs. José Vicente, Nobre de Lacerda e José Bezerra, advogados dos maquinistas e operários brasileiros da Companhia, um abaixo-assinado solicitando um aumento de 20 a 50% nos seus vencimentos e reclamando dos privilégios que tinham os trabalhadores ingleses, diferentemente do que acontecia com o pessoal da terra. Como a *Great* nada concedeu, a greve foi deflagrada, paralisando a Cia., seus serviços, não só em Pernambuco, mas também no Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Apesar dos limites da comunicação, a greve se estendia, surpreendendo a todos.

A diretoria da Associação Comercial⁴, preocupada com os prejuízos, resolve entender-se com o governador Herculano Bandeira. Uma reunião é feita, no dia 14, entre os srs. Lorimer, Minervino Soares, advogados da *Great Western* e os advogados dos grevistas em Palácio, não ficando, porém, nada definido. A Associação Comercial telegrafa, então, para o Presidente da República, Afonso Pena, e para o ministro João Calmon, alertando-os para situação gravíssima em que se encontrava o comércio local. Também os srs. Luís Correia de Brito, pela União dos Sindicatos Agrícolas, e Francisco da Costa Maia, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura, conferenciam com o governador, solicitando sua *intervenção* para por termo à greve. Os grevistas recebem manifestações de apoio nos vários *meetings* realizados, inclusive dos acadêmicos de Direito. O movimento é encerrado no dia 23, ficando o governador de negociar junto a *Great Western* no sentido de atender às reivindicações dos trabalhadores.

Mas, só em 02/04, os jornais noticiaram que o governador havia decidido, em última instância, com os “interessados” na questão dos operários da *Great Western* solicitar aumento de 30% para os empregados com vencimentos inferiores a 100\$000, 20% para os com vencimentos entre 100\$000 a 250\$000 e 10% em benefício do pessoal diarista. Cada operário

teria também direito a 2 dias de descanso e a 3 passes para si ou pessoas de sua família. A greve causou pânico na classe dominante que, através das suas associações e da sua força política, conseguiu a mediação do poder público. Os prejuízos advindos de uma paralisação na *Great* deixavam, não só Pernambuco, mas boa parte do comércio da região afetado.

Que forma de organização prevaleceu nesta fase inicial da luta? Houve algum tipo de ideologia que orientou os trabalhadores e os ajudou a criar associações representativas? Ou foram manifestações de protesto mais caracterizadas pelo espontaneísmo, sem uma conotação ideológica definida, mas apenas com o propósito de buscar melhores condições de vida e trabalho e não um questionamento direto do sistema político-econômico estabelecido?⁵

As primeiras tentativas de organizar os trabalhadores partiram dos *socialistas*. O mesmo ocorreu em outros Estados. As influências da 2ª Internacional se fizeram presentes e os primeiros partidos políticos operários demonstram, também, que a presença dos *anarquistas* só seria sensível partir de 1906. Em Pernambuco, particularmente, os anarco-sindicalistas só despontariam no movimento operário, depois da fundação da Federação dos Trabalhadores, em 1914, e não tiveram a mesma penetração, quase que uniforme, como aconteceu em São Paulo.

Convém ressaltar, porém, que o socialismo cultivado pelo operariado em alguns dos seus setores, no final do século XIX e primeiros anos do século XX, não pode ser entendido dentro de uma perspectiva de “pureza ideológica”. Uma observação de Alceste de Ambris coloca bem a questão. Diz ele:

A metafísica imperava soberana e o seu socialismo era mais uma estranha mistura de conceitos evangélicos, de jacobinismo político, de rebelião impulsiva e até de espiritismo e de positivismo dogmático-comunista.⁶

Aliás, isso vai ficar bem patente quando analisarmos os discursos e artigos de João Ezequiel, como também o jornal *Aurora Social*. É um erro, inclusive, querer compreender, politicamente, o movimento operário da época, exigindo-lhe modelo ideológico coerente, a priori definido, sem conhecer a sua prática e o entendimento que se tinha dentro do movimento das “teorias revolucionárias”. Também, não podemos tomar as palavras dos seus setores

ditos de vanguarda, como representativas de toda uma classe, que muitos tentam analisar, cobrando um comportamento político sempre revolucionário, descuidando de outros aspectos que não fazem da classe algo fechado, monolítico, sem cisões internas, idealmente preparada para transformar a sociedade.

Procuraremos analisar, aqui, a prática política dos socialistas em Pernambuco, pois são sumamente importantes, pelo seu atrelamento posterior à política oficial e pelas suas tentativas de minorar os efeitos das manifestações mais combativas de outros setores do operariado. Isso ficará bem claro nos anos de 1911/1917, quando atuarão como “os autênticos” interlocutores e representantes dos anseios da classe operária e, por vezes, até colocando-se como condutores do seu projeto revolucionário.

Segundo depoimento de João Ezequiel, no jornal *A República*, sobre o socialismo no Brasil, só em 1890, com o surgimento do *Centro do Partido Operário*, com 14.000 participantes e receita mensal de 7.000\$000, é que teria início uma organização mais representativa, nacional, dos socialistas. Ressalta ele, porém, que, no mesmo ano, os operários do Arsenal da Marinha, da Capital Federal, fundaram a União Operária, que teve atuação na queda de Deodoro da Fonseca, auxiliando a greve da Baía da Guanabara, onde, igualmente, perto de 4.000 trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil protestaram contra a não solução dos pedidos por eles feitos, de revogar os artigos 204 e 205 do Código Penal. E afirma ainda Ezequiel:

Lançada assim a semente, pouco tardou que se iniciasse novo movimento reivindicador, ora baseando-se em princípios religiosos, ora em lutas estéreis, até que em 1888, corporificou-se francamente a aspiração operária, surgindo os primeiros fulgores do Partido operário que é como diz França e Silva, a encarnação do socialismo científico⁷.

Destaca também Ezequiel a realização dos dois congressos de 1892 e 1902:

(...) Do seu funcionamento nasceram as *Federações Socialistas de Pernambuco*, onde, de simples associações de beneficência operária que eram, encontramos o Centro Protetor dos Operários, fundado em 1900, derramando os

ideais modernos na alma operária, elevando a perto de 6 mil o número dos seus associados e irradiando-se por todo interior do Estado; a Federação, confederada ao Centro Artístico Paraibano e à Federação Socialista que conseguiram, brilhantemente, organizar todos os trabalhadores e muitas outras associações de classe em todo o Estado, mantendo-se um serviço de correspondência recíproca⁸.

Assim, começava a se articular o movimento operário, segundo depoimento de um dos seus primeiros organizadores e que, mais tarde, entraria no esquema de cooptação do governo pernambucano de Dantas Barreto. Mais interessante é que esse lado da História do movimento operário é praticamente desconhecido ou considerado insignificante. Procura-se analisar o papel dos anarquistas, a formação do PCB sem, no entanto, se atentar para as outras correntes existentes e a sua importância, diante, inclusive, das inúmeras dificuldades para organizar um operariado, nos primórdios de suas lutas. Não é nada secundária a necessidade de se fazer o contraponto entre os setores ditos revolucionários e aqueles que optaram pela via reformista, o que nos dá mais condições de entender a escolha de certos posicionamentos, em determinadas conjunturas e a política de alianças que se estabelecia.

Como funcionava, então, o Centro Protetor dos Operários em Pernambuco? Era antes de tudo um propagandista do socialismo. Nele eram realizadas várias conferências e as comemorações do 1º de maio. Foi também o fundador do *Jornal Aurora Social*⁹, no dia 01/05/1901, e que circularia até 1907, embora não cumprisse a proposta inicial de ser publicado quinzenalmente. As edições se sucediam de acordo com as dificuldades financeiras, que eram imensas. Trazia como palavra de ordem “Proletários de todos os países, uni-vos”, e a partir de seu nº 11 foi acrescentada como epígrafe “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos”. Era considerado pelo seu principal editor, o mesmo Ezequiel, um grande órgão marxista. Merece, pela sua importância histórica, como porta-voz de uma corrente política, uma análise minuciosa de seus números, que nos vai dar uma visão mais concreta do que pensavam os socialistas e do tipo de luta que pretendiam levar.

Foi, como órgão socialista, um grande divulgador do Congresso de 1902, por ele anunciado com antecedência. Chegou a publicar, no dia 30/11/1902, o que considerava o programa máximo do Congresso: a necessidade de união do Partido Internacionalista e da organização do proletariado em partido de classe. Via a sociedade dividida em duas classes antagônicas e diagnosticava uma crise agrícola e industrial no Brasil. Quais seriam, então, diante disso, os objetivos imediatos da luta? A propaganda ativa para se criar na classe a consciência da necessidade de um partido, combater o alcoolismo e a ociosidade; e lutar por uma limitação da jornada de trabalho. A ênfase era dada à organização do partido da classe, considerado imprescindível para o avanço da luta. Os socialistas pensavam, apesar de toda farsa que envolvia as eleições parlamentares da época, em ter seus próprios candidatos. Mas como cogitar tal tipo de participação, naquela época, sem o beneplácito da classe dominante?¹⁰.

É interessante, diante disso, verificar a importância que eles davam às disputas eleitorais. 1902, o jornal aconselhava os operários a se qualificarem eleitoralmente, pois “deste modo abraira novos horizontes para classe operária”, considerada ainda ignorante e desunida. Essa posição se modificará em 1903, quando os operários foram aconselhados a uma completa abstenção. O jornal achava, agora, que as eleições eram um mito, diante da falta de um candidato que expressasse seus interesses de classe. Não havia aí, no entanto, uma condenação ao processo eleitoral, em si, ou mesmo a uma participação política mais direta, como acontecia com os anarco-sindicalistas. Lamentava-se a ausência de uma representação operária, lamentava-se o caráter fraudulento das eleições, mas não se afastava a possibilidade de um dia a classe ter seus candidatos e fazer-se presente no parlamento burguês. Em 1906, o jornal anunciaria, com destaque, a tentativa de se fundar um PS nacional, que seria o grande passo para concretização dos anseios eleitoreiros dos socialistas.

Aqui, cabe levantar algumas questões que suscitam as propostas dos socialistas, sobretudo levando-se em conta a própria estrutura política da sociedade brasileira da época e o tipo de dominação exercida pela burguesia. Se em tese ou no papel tínhamos uma constituição liberal, segundo os ideólogos da burguesia, e uma forma de governo republicana, na prática a classe dominante exercia sua dominação baseada na coação e na manutenção dos seus interesses, arbitrariamente. Longe estava de se visualizar o que Gramsci

chama de hegemonia, o Estado visto como coação mais persuasão¹¹. A República liberal não estava acima de quaisquer suspeitas, mas tinha contradições que tornavam quase que inviável a participação política dos outros setores da sociedade. As eleições eram autênticas farsas e um jogo de cartas marcadas.

Será que os socialistas não percebiam todas essas contradições ou será que admitiam que, naquele contexto, poderiam chegar ao parlamento, sem que concessões fossem feitas à classe dominante, o que tiraria, substancialmente, a representatividade dos seus candidatos? Imaginar uma classe operária organizada, naquele momento, nacionalmente, era algo insustentável, muito menos conceber uma tática política que a levasse, ao mesmo tempo, a vitórias eleitorais e a mantivesse longe dos acenos políticos da burguesia. Isso ficará bem claro quando analisarmos a política de cooptação desenvolvida na época de Dantas Barreto, na qual os socialistas foram coatores e realizaram seu sonho de ter um deputado eleito.

Essas nossas observações não viriam fortalecer a hipótese de que os anarquistas estavam corretos quando menosprezavam qualquer tipo de participação parlamentar, pois isso seria apenas retrocesso para sua política de resistência e combate à dominação burguesa? Seria a ação direta a única saída para o movimento operário nas primeiras décadas do século, diante das limitações estruturais encontradas?

Não é nosso interesse, aqui, julgar, mas tentar compreender a prática política do operariado em seus diversos momentos. Colocamos essa questão como contraponto aos que acusam os anarquistas de terem uma *visão estreita da política da época*, conduzindo a classe operária para impasses insuperáveis. Antes de qualquer julgamento precipitado é preciso se conhecer os fatos, sem querer aplicar modelos ou fazer cobranças. A prática política de qualquer classe não está solta ou isolada, mas sofre determinações concretas e se institui convivendo com conflitos e construindo propostas. Daí, a nossa intenção de reconstituí-la, antes de tecer qualquer crítica a partir de uma concepção de luta pré-estabelecida, para a classe operária, generalizada para as mais distintas conjunturas.

Retornemos à análise dos socialistas. Nos artigos publicados na *Aurora Social*, fica bem evidente a confusão que se estabelecia em torno do entendimento do tipo de socialismo a que eles se propunham. Ficavam

perdidos na exaltação do socialismo marxista e dos princípios cristãos. Alguns, queixando-se das péssimas condições de trabalho encontradas pelos operários, enfatizavam o possível retorno de Cristo “Pra ver aquela vergonha”. Outros iam mais além:

No evangelho do amor, da paz, da liberdade, bebemos os grandes ensinamentos à sombra do lema de Marx, façamos enquanto antes a revolução social, uma que trará a Revolução sonhada por Cristo¹².

Não se deve, porém, salientar os aspectos negativos desta *parafernália ideológica*, esses possíveis “desvios” que deixariam os mais ortodoxos perplexos. Podemos observar o outro sentido destas afirmações que, aparentemente, só “idéias fora do lugar”: a maneira revolucionária como eles encaravam o cristianismo, longe da marca reacionária e elitista que lhe imprimia a Igreja, através da sua doutrina social e das organizações operárias a ela subordinadas. Se os socialistas confundiam Cristo com Marx é porque buscavam em suas idéias elementos indicadores de uma nova sociedade, sem a exploração tão marcante da sociedade capitalista. É claro que isso, também, definia algo comum na época, não só dentro da classe operária, mas nos próprios ideólogos da classe dominante. A confusão reinava de uma maneira geral, muito em conseqüência da falta de clareza dos seus representantes, mas também como decorrência de que importávamos ideologias.

Segundo afirma Zaidan, havia um “porre ideológico”¹³, mas que não minimizava a importância desta fase da luta. Depois, é sempre bom questionar o significado do termo “clareza ideológica” muito utilizado para subestimar politicamente aqueles que não se colocam ao lado de certas verdades revolucionárias.

O jornal preocupava-se com sua divulgação, tendo correspondentes no Rio, Alagoas, São Paulo, Paraíba, Minas, Bahia, R. Grande do Sul e algumas cidades do interior de Pernambuco. Eram publicadas notícias dos outros estados, no esforço contínuo de romper com o isolamento e criar condições, para se articular o movimento e fortalecê-lo. Denunciava-se as péssimas condições enfrentadas pelos operários nas fábricas, o rígido controle exercido sobre as suas vidas, mesmo fora dos muros destas fábricas, como

no caso da São José, que ameaçava dispensar os serviços “dos empregados que não ouvissem missa todos os domingos, que não confessarem, os que forem amasiados e os que comprem na feira”¹⁴.

É difícil, no entanto, perceber até que ponto os socialistas exerceram influência efetiva na condução das lutas operárias da época, embora a Aurora Social acompanhasse algumas greves, enfatizasse a necessidade de consolidar as associações operárias. Os movimentos ocorridos não nos parecem ser produtos de uma orientação previamente estabelecida. Além do mais, o grupo que dirigia o Centro Operário era uma “elite” e assim se colocava. Seus objetivos eleitorais não são concretizados senão em 1912, quando Ezequiel se torna deputado estadual. Eles assumiram, então, posições pouco “revolucionárias” e deixaram claras as possibilidades de avanço que teria a classe operária sob a sua hegemonia. Mas isso é assunto que não investigamos nesse artigo.

Em oposição à corrente socialista que se autoconsiderava revolucionária, estava a Federação Operária Cristã, que tinha como seu órgão propagandista o jornal União Operária. A Federação foi fundada, em 1902, sob a presidência do industrial Carlos Alberto Menezes e também se colocava como representativa do operariado pernambucano, só que as suas propostas mais lembravam, como veremos adiante, a política seguida pelo “Estado Novo” do que propriamente uma tentativa de lutar contra a exploração ou criar uma “União Operária”. A Federação nasceu de um congresso Católico, onde foi apresentado, pelo deputado Inácio Tosta, um projeto sobre sindicatos agrícolas, cujos principais pontos foram aproveitados, depois, no Decreto 979, de 06/01/1903. Em 1904, também por uma iniciativa da Federação Operária Cristã de Pernambuco, chega à Câmara dos Deputados uma representação em que se expunha a necessidade e as vantagens da organização profissional. Esta representação contava, segundo seu texto, com o apoio de 5 mil operários de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte.

O engenheiro Carlos Alberto Menezes, industrial pernambucano, introduziu nos estatutos da sua empresa, diversas normas de “Cristianismo Social”; além disso organizou vários serviços de assistência social, cooperativas, estabelecidas como sociedades anônimas; a Corporação de Camaragibe, um tipo de sindicato misto, exemplo imitado na Fábrica de Tecidos Paulista e na Usina de Goiana. Contou Carlos Alberto com o apoio de elementos ligados

ao catolicismo local, como Antonio Muniz Machado, Pierre Collier e Luiz Correia de Brito, mais tarde deputado federal¹⁵.

Se esse tipo de iniciativa da classe dominante era algo “progressista” para a época, não temos dúvida. Não deixava de ser uma outra maneira de encarar a questão social, uma tentativa de se antecipar a algumas das reivindicações do operariado e exercer sobre ele um forte controle ideológico, aliado a uma disciplina de trabalho não menos rígida. Isso fica bem evidente se analisarmos as propostas do Jornal União Operária.

O Jornal, de cunho eminentemente cristão, era dirigido por Cirilo Ribeiro. Contava com apoio de associações operárias, na sua maioria de caráter beneficente, destacando-se a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, a que o jornal dedicou toda sua edição de 26/11/1905. Além dela, podem ser apontadas as seguintes associações, tendo ao lado o nome dos respectivos presidentes:

— Sociedade Beneficente dos Empregados no Comércio — Avelino Constantino.

— Associação dos Empregados no Comércio — Manuel Aro.

— Montepio Popular Pernambucano — Francisco Alves.

— Sociedade dos Remadores — Ananias de Almeida.

— Sociedade Beneficente dos Fressureiros — Otaviano Cavalcante.

— Sociedade Italiana de Beneficência — Braz Perrano.

Defendia o jornal a idéia básica do industrial Menezes: a possível e futura união do capital ao trabalho, negando a contradição maior da sociedade capitalista e acreditando implicitamente na sujeição capital/trabalho. Desfazia-se também a necessidade de um pensamento e práticas revolucionárias. Os esforços deviam ser encaminhados no sentido de aproximação, de aprimoramento da dominação burguesa, ao ponto de parecer que se estava no melhor dos mundos. Mas não só se fixava aí a proposta dos sindicalistas cristãos de Pernambuco, fascinados ainda pelas repercussões causadas pela Rerum Novarum e colocando-se como grandes benfeitores, pois não eram pequenos os esforços para organizar “um proletariado ignorante, mal saído do regime escravocrático e ainda impregnado de todos os seus vícios.”¹⁶

Não negavam a validade das greves para exigir aumento salarial, mas ponderavam: “Pode ser que o salário baixo seja motivado por coisas que escapam ao operários”. Enalteciam o espírito de equidade dos operários que

“acomodam-se facilmente com explicações sinceras”. Com relação ao papel do Estado, aceitavam a sua intervenção na solução dos conflitos entre operários e patrões, “porém nenhuma instituição, nenhuma lei, fará tanto como a educação religiosa sinceramente cristã”.¹⁷

O jornal incorporou-se, entusiasticamente, na luta em favor da Lei dos Sindicatos Profissionais. O projeto desta lei, encaminhado pela federação Operária Cristã de Pernambuco, coincidia com toda proposta da União Operária. Sobre o sindicato, por exemplo, achavam que podiam:

“Ser mistos ou paralelos, constituídos por patrões e operários, quando identificados no mesmo pensamento do bem geral, respeitados os direitos recíprocos e resolvidas de modo calmo e justo, todas as questões que possam suscitar”, mas podiam “ser autônomos, constituídos somente por operários, quando os patrões se recusarem a União. Neste caso ainda a União dará aos operários a força de impor o que for justo de exigir atenção para suas reclamações fundadas no direito e na razão”.¹⁸

Sobre o modelo sindical afirmavam que:

Em vez de uma grande variedade de associações de tipo e moldes diversos, todas as classes se organizarão segundo *um só modelo*: sindicato profissional, que vem dar a profissão o seu caráter de instituição social, que o Estado deve cercar de todas as garantias, estabelecendo os moldes gerais dentro dos quais os profissionais das diversas profissões deverão se associar para o estudo e a defesa de seus interesses comuns. O sindicato profissional deve abranger todas as manifestações da vida operária, sua família, na vida da indústria, na vida social e até em suas relações com a grande coletividade humana.¹⁹

A participação política dos sindicatos fica explicitamente esquecida pois:

(...) ao torno deste sindicato, sob seus auspícios, florescem todas as associações de ensino e de educação, de previdência e de mutualidade, de cooperação, as cooperativas de todo gênero, as caixas de socorro, as instituições de previdência que protegem e amparam a velhice e a invalidez, as escolas e as bibliotecas etc (...).²⁰

Neste artigo sobre o projeto dos sindicatos profissionais, inspirado no “socialismo cristão”, a intenção de desvincular o operário de qualquer discussão política, de acomodá-lo, transformando suas associações em meros órgãos de assistência social, de fazer do sindicato um controlador ideológico, afastando qualquer menção luta de classes, harmonizando as relações entre operário e patrão, é bastante clara. Tudo, praticamente, sob a orientação da classe dominante, tirando da classe operária qualquer possibilidade de criar sua própria identidade e avançar na luta contra o capitalismo. Era um sonoro amém à ordem estabelecida.

Mas este tipo de proposta foi bem aceita no Congresso Nacional, quando da formulação da Lei 1637, de 05/01/1907. No seu artigo 82, por exemplo, se prevê a fundação de sindicatos integrais, isto é, os que “se constituem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a diminuir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho”.²⁵

Não nos foi depois estranho encontrar nos vários artigos escritos pelos ideólogos do Estado Novo, na defesa do corporativismo e da harmonização dos interesses das classes, menções elogiosas à doutrina social da Igreja. A *Rerum Novarum* foi fonte primeira de muita gente defensora da “ordem social”, da submissão passiva do explorado ao explorador e que, forjando o mito da índole pacífica do povo brasileiro, procurava mascarar as contradições sociais e impedir a organização combativa dos trabalhadores. Acrescente-se a própria legislação sufocante, a fabricação de uma ideologia que transformava o Estado no paternal dirigente dos trabalhadores.²²

A Igreja colaborou decisivamente, neste período, no sentido de manter a injustiça social, acobertada pela força da religião e pelas pseudo-intenções de, através da sua intervenção nas associações operárias, favorecer mudanças nas péssimas condições de vida e trabalho enfrentadas pelos trabalhadores. Ela apenas reforçou a dominação burguesa, obstaculizando mais ainda a radicalização do conflito. Fazia o jogo dos patrões, seus grandes parceiros.

Nossa análise ficaria incompleta se não discutíssemos aqui o artigo de João Ezequiel²³, criticando a famosa Corporação de Camaragibe, fundada por Menezes. Em artigo escrito no jornal *A República*, em 09/01/1913, motivado por uma polêmica que travou com o padre Heliodoro Pires, Ezequiel desmistifica toda a proposta deste tipo de associação, encarregada de

desenvolver o espírito de fraternidade entre os operários, esclarecendo seu verdadeiro conteúdo e o objetivo: *aumentar o controle dos patrões sobre os operários e afastá-los de uma forma de organização combativa.*

A corporação baseava-se na valorização das multas. O operário só podia retirar seu bônus cooperativo em três casos: quando atingisse 50 anos de idade, com mais de 20 anos de trabalho na fábrica e pela retirada do titular da fábrica. Em qualquer outra situação a sua saída da empresa significava a perda de tudo que havia contribuído e que correspondia a meio dia por mês, contado pelo salário e jornal e pela média do salário peça, calculado pelo gerente.

Mais interessante ainda a instituição de um salário chamado família, bem diferente do modelo atual, consistindo no fato do chefe de uma família que trabalhasse na fábrica, ser o único a receber o salário de todos os membros dela componentes e também operários. O controle chegava ao ponto de o conselho cooperativo ser composto de um presidente de honra (o superior capelão) e vinte conselheiros, dos quais dez eram eleitos e os restantes nomeados pelo gerente.

Quanto aos acidentes de trabalho, eles eram considerados moléstias privilegiadas. Ficavam excluídos de auxílio da corporação, no caso de assistência médica, aqueles que nela entrassem com mais de 60 anos ou aqueles que contraíssem moléstias “por vícios”, desordens, embriaguez, extravagância e desmando. Os enterros eram regulados de acordo com o salário de cada um. Enquanto o operário que ganhava mais de 5\$000 diários tinha o direito “a caixão forrado de sentineta, de cor própria, com guarnição de papel dourado ou prateado”, o que ganhasse menos de 3\$000 tinha o direito “a caixa forrada de chita preta, sem guarnições, com alguns enfeites de papel dourado” em discriminação implacável que nem aos mortos perdoava.

Ezequiel enfatiza, na sua crítica, o caráter substancialmente religioso da corporação, citando inclusive o artigo 37, do seu regulamento “A corporação sendo, essencialmente cristã, ter um padroeiro que ser o sagrado coração de Jesus, cuja festa celebrara com brilhantismo e sua conta, como uma homenagem a Deus e a Santa Igreja Católica”. Além disso, toda reunião semestral da Assembléia Geral era precedida de uma missa. Mas não fica só no que acima mencionamos, essa experiência de controle da classe operária, inspirada no tão decantado “socialismo cristão”.

À crítica de Ezequiel, por demais pertinente, pode-se ainda acrescentar que a Federação Operária Cristã propunha-se, filantropicamente, a melhorar a situação social dos homens do trabalho, não admitindo porém, em seu seio, pessoas que fizeram parte de uma associação popular. Uma das funções da Federação era ligar entre si todas as associações operárias e patronais:

As associações que contarem diversas categorias de membros, patrões, operários, negociantes, senhores de engenho, membros honorários, os delegados serão encolhidos, tanto quanto possível, de cada uma dessas categorias.²⁴

Uma forma de controle, realmente, bem estruturada, com bênção total da Santa Madre Igreja. Seria possível pensar na luta da classe operária organizada em “sindicatos cristãos”? Como poderia ir de encontro a tal tipo de dominação, coordenada no sentido de submetê-la a uma exploração legitimada pelos representantes oficiais da Igreja? Esse tipo de associação, além de dificultar o avanço da luta e de novas formas de organização combativas, desarticula e fragmenta a classe. Ideologicamente, sustenta a moral da exploração, disfarçada no sentimento de caridade e do amor ao próximo.

O contexto da primeira década do século era desfavorável de maneira ampla ao operariado. Já havia um esboço de legislação social que era letra morta. Em Pernambuco, especificamente, só depois de 1914 que o movimento vai ganhar um novo alento. Os governadores se sucediam, seguindo apenas uma política de favorecimento aos privilégios da classe dominante. Se na política prevalecia a marca do autoritarismo e do pouco interesse pela causa pública, Pernambuco passou nas últimas décadas do século XIX por mudanças importantes no processo da produção açucareira, com o fracasso dos engenhos centrais e instalação das usinas de açúcar, com incentivo do governo do Estado²⁵.

Muitos “senhores de engenho”, antes também produtores de açúcar, passaram a ser fornecedores de matéria-prima. Seus lucros, conseqüentemente, diminuíram e eles, muitas vezes, se encontravam encurralados financeiramente, ao ponto de ter que arrendar ou vender suas terras para outros senhores, os da produção. Houve, efetivamente, uma cisão

no grupo dominante, agravada, sobretudo, quando se ia definir o preço da cana. Além disso, a propriedade da terra significava poder, perdê-la seria correr o risco de marginalizar-se politicamente, afastar-se do núcleo de decisão.

Apesar, no entanto, do processo de modernização, na produção açucareira não ter proporcionado o surgimento de uma elite política mais progressista, conservando, praticamente, a mesma estrutura de dominação, não se pode negar que favoreceu a concentração fundiária e emigração de trabalhadores para as cidades, em busca de novas oportunidades. Cabe perguntar, então, que tipo de mercado de trabalho se formava para atender o novo sistema de produção que surgia? Segundo Paulo Henrique Martins, não se podia falar na organização de um mercado de trabalho:

Nas condições materiais e sociais em vigor, pelo simples fato de não haver uma rede de estradas eficaz para deslocamento dos trabalhadores até o local da plantação. O transporte do açúcar das usinas até Recife, onde ele era distribuído, realizava-se pela via fluvial ou marítima. A fixação do homem na terra foi uma consequência natural das condições históricas da agricultura açucareira da época.²⁶

Por outro lado, o número dos despossuídos, daqueles que iriam tentar a sorte em Recife aumentou, sofrendo a cidade uma crescente “processo de urbanização”, com seus alagados invadidos, seus mocambos multiplicados pelas esperanças de novas e melhores condições de vida, dos que vinham do campo, acreditando nos sonhos de prosperidade, criados pelos mitos que mascararam as condições de vida precárias das metrópoles da época.

Com todas as suas limitações

a industrialização do açúcar contribuiu para o aparecimento de indústrias em Recife ao criar mercado de bens de consumo ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural, com a consequente expansão da economia de mercado em detrimento do setor de subsistência; ao expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir em Recife, verdadeiro Exército de Reserva; porém, restringiu severamente a formação do mercado interno: ao tornar contudo, mais regressiva a

repartição de renda, acarretando com isso a queda do consumo; substituindo o trabalho por capital na produção açucareira diminuindo o nível de emprego.²⁷

Em Recife, os estabelecimentos industriais predominantes eram os que atendiam às necessidades de consumo. Recife era centro de uma região para onde convergia muita gente em busca de novos horizontes, tanto no setor econômico, como cultural. Seu crescimento, nas primeiras décadas do século XX, foi, relativamente, significativo. Em 1900, tinha uma população de 113.106 pessoas, passando para 238.843 em 1920. Antes de 1900, haviam sido instalados cerca de 113 estabelecimentos industriais, enquanto entre 1900 e 1909, mais de 33 iniciaram suas atividades²⁸.

Toda essa digressão é importante para se conhecer em que condições concretas o operariado levava a sua luta. As relações de produção ainda eram marcadas pelo paternalismo, numa sociedade onde o trabalho manual era visto com desprezo e a economia estava concentrada nas mãos de umas poucas famílias, majoritariamente ligadas ao setor açucareiro. O Recife era centro comercial importante, mas a economia pernambucana dependia bastante dos sucessos do açúcar que, já em 1904, era produzido praticamente para atender às necessidades do mercado interno brasileiro.

É claro que tudo isso dificultava o avanço da luta do operariado, uma melhor articulação entre seus diversos setores. As determinações não se dão mecanicamente, ao ponto de afirmarmos que, para tal tipo de relações sociais de produção e ou tal tipo de forças produtivas, teremos, conseqüentemente, um operariado mais ou menos consciente e combativo²⁹. A constatação de que setores da classe operária estavam subordinados às corporações e às sociedades beneficentes dirigidas pelos “socialistas cristãos” e de que os outros socialistas, fundadores do Centro Operário, não tinham conseguido um maior avanço das suas propostas, fica mais compreensível diante do conhecimento das determinações estruturais da sociedade da época. E nos leva a concluir que as poucas greves ou manifestações do protesto que houve contra a exploração, visavam o atendimento das reivindicações de caráter corporativo, sem uma articulação mais evidente entre as diversas categorias e sem matizes ideológicas definidas.

Notas

- ¹ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1968, pp. 6 e 7.
- ² Em 1866, um operário ganhava, em Recife, em média, de 3\$000 a 5\$000 diários.
- ³ The Great Western of Brazil Railway Co. foi fundada em 1873, com capital inicial de 300 mil libras, segundo a tabela matriz que acompanha o livro de CASTRO, Ana. *As Empresas Estrangeiras no Brasil (1860—1913)*. Rio: Zahar, 1979, p. 6.
- ⁴ Associação Comercial era órgão representativo da burguesia local e havia sido fundada por comerciantes ingleses e portugueses.
- ⁵ Para acompanhamento das greves neste período, nos utilizamos da Almanack de Pernambuco, dos números da Aurora Social, existentes no Arquivo E. Leuenroth (UNICAMP), Biblioteca Nacional (Rio), Arquivo do Estado (Pernambuco), além da bibliografia sobre o movimento operário. (RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito e* DUILLES, J. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*).
- ⁶ HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo S. (Orgs.). *A Classe Operária no Brasil (1889-1930): o movimento operário*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1979, p. 36.
- ⁷ As citações são do artigo de João Ezequiel, publicado no Jornal A República, Recife, 08/junho/1912.
- ⁸ Idem.
- ⁹ Aurora Social tem boa parte dos seus números no Arquivo do Estado, Pernambuco e no Edgar Leuenroth. Em Pernambuco é onde se encontra a coleção mais completa.
- ¹⁰ Ver o ensaio ainda inédito: “O Socialismo e a Política de Cooptação”.
- ¹¹ BUCI-GLUCKSMAN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 21/23. Gramsci definia o Estado como “Todo o conjunto de atividades práticas e técnicas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, como chega a obter o consenso dos seus governados”. Fica difícil, então, encontrar o tão famoso consenso que caracteriza o estabelecimento da hegemonia de uma classe, na sociedade brasileira da época. Será que hoje não teríamos a mesma dificuldade?
- ¹² Aurora Social, Recife 01/05/1902.
- ¹³ ZAIDAN, Michel. “Notas sobre as origens do PCB em Pernambuco (1890/1930)”. Datil., p. 2 e 3.
- ¹⁴ Jornal Aurora Social, Recife, 31/07/1912.
- ¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 2 edição. Rio: José Olympio, 1958, pp. 593/594.
- ¹⁶ Idem, p. 594.

- ¹⁷ Existem números do Jornal União Operária na Biblioteca Nacional, do qual nos utilizamos para analisar o pensamento dos sindicalistas cristãos. União Operária, Recife, 06/03/1906.
- ¹⁸ Idem, 06/06/1906.
- ¹⁹ Idem.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ RODRIGUES, José Albertino. Op. cit., p. 51.
- ²² Pesquisa feita nos boletins do NTIC, para convênio UNICAMP-FINEP.
- ²³ Toda análise feita em cima do artigo de Ezequiel que quase transcreveu todo o regulamento da Corporação.
- ²⁴ União Operária, Recife, 06/06/1906.
- ²⁵ Sobre esse processo de instalação das Usinas em Pernambuco, ver os trabalhos de Paulo Henrique Martins, Maria Nazareth Wanderley, Gadiel Perruci e Gileno de Carli sobre a economia de Pernambuco no início da República.
- ²⁶ MARTINS, Paulo Henrique. "L'Etat, le capitalisme et la structure du pouvoir au Brésil, jusqu'à 1930", mémoire apresentada a Universidade de Paris 1, 1979, pp. 100/115, onde ele fala da chamada "Revolução Industrial Açucareira".
- ²⁷ SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Nacional, 1969, p. 330.
- ²⁸ PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 137 e 138.
- ²⁹ THOMPSON, E. *Tradicion, Revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. Em um dos ensaios publicados nesta antologia, "Lucha de clases sin clases?", Thompson faz excelentes colocações sobre a questão da consciência de classe, com as quais concordamos. Ver sobretudo pp. 33/39.